

# CURANDEIROS QUEREM CARTÃO DE TRABALHO!

«Quero um Cartão de Trabalho em que se especifique qual é a minha actividade» — diz um curandeiro de nome João Cossa, residente no Bairro Comunal da Maxaquene. João Cossa faz parte de um grupo de curandeiros que, estranhamente, se sentem no direito de possuir um Cartão de Trabalho que os identifique como «médicos tradicionais», tal como se indica em fichas que recentemente deram entrada na Direcção de Trabalho da Cidade de Maputo.

— Como não tenho esse cartão — argumenta ainda João Cossa — quando foi do processamento do Cartão de Residente fui considerado desempregado e isso figura no documento que me foi atribuído. Ora eu acho isto uma injustiça na medida em que tenho de facto uma actividade. Sou curandeiro e é através dessa actividade que vivo e pago imposto como cidadão.

A polémica dá-se com o desencaqueamento do processo de atribuição do Cartão de Residente em curso na capital, no qual para além do nome completo, data e local de nascimento do cidadão é indicada a profissão e o local de trabalho. Uma má interpretação das orientações que guiam este processo teria feito com que os curandeiros do Bairro da Maxaquene, pensassem que uma vez que não possuem Cartão de Trabalho não teriam acesso ao Cartão de Residente.

Assim, logo que se iniciou este processo na Maxaquene, os curandeiros residentes, dirigiram-se à Direcção do Trabalho da Cidade para «reclamar» um cartão que os identifique como trabalhadores honestos, social e economicamente úteis na cidade.

No total de cinco fichas devidamente preenchidas que na semana passada haviam já dado entrada na Direcção do Trabalho da Cidade os curandeiros afirmam categoricamente ser «médicos». No local da ficha em que é solicitado que o cidadão indique o seu local de trabalho os curandeiros mencionaram as suas residências.

— É evidente que não podemos atribuir cartão a tais pessoas — explica Alberto Jamisse, director do Trabalho da Cidade acrescentando que o Cartão de Trabalho é atribuído ao cidadão que exerce uma tarefa concreta, honesta e legal. É necessário por conseguinte que a actividade que a pessoa realiza seja uma actividade reconhecida.

O director do Trabalho da Cidade disse que no caso particular dos

curandeiros, seria necessário que o Ministério da Saúde reconhecesse e licenciasse a sua actividade. Todas as actividades legais têm que ser recenseadas numa estrutura do Aparente de Estado, conforme as suas características, sublinhou.

## NÃO SOMOS DESEMPREGADOS

Não satisfeitos com a resposta que encontraram na Direcção do Trabalho da Cidade os curandeiros dirigiram-se ao Ministério da Saúde, onde esperavam obter uma declaração daquele organismo com o parecer favorável às suas intenções.

— Fomos ao Ministério da Saúde — explica Carlos Cossa — na tentativa de obtermos um documento de reconhecimento do trabalho que temos feito em prol da saúde pública, mas eles mandaram-nos ir à Sede do Partido. Foi na Sede que nos explicaram que tínhamos direito ao Cartão de Trabalho.

— Nós não somos desempregados — reforça ainda João Mapunguane — o nosso trabalho é normalmente feito à noite, por isso andamos muito durante a noite. Se em qualquer situação tivermos que apresentar o Cartão de Residente que nos foi atribuído vão tomar-nos de desempregados porque é isso que está lá escrito. Queremos um documento em que esteja escrito: este é curandeiro ou médico tradicional.

Contactada a Sede do Partido da Cidade, na pessoa de Abílio Macamo, responsável das Questões Religiosas, soubemos que contrariamente às declarações de Carlos Cossa, nenhuma orientação foi dada no sentido de ser facultado aos curandeiros um Cartão de Trabalho.

— Houve na verdade, uma má interpretação do que foi aqui dito aos curandeiros. Um total de 42 indivíduos que exercem esta actividade estiveram de facto aqui a falar-nos na necessidade de terem o Cartão de Trabalho para poderem obter o Car-

tão de Residente. Expliquei-lhes que não era nada disso. Disse-lhes «votem ao vosso bairro e terão os vossos cartões de residente desde que se confirme que ali vivem» — esclarece aquele responsável.

— Quanto à profissão, é natural que no cartão se escreva desempregado — sublinhou Abílio Macamo — porque a actividade que eles exercem, o curandeirismo não foi ainda reconhecido, é uma actividade que é ainda alvo de pesquisas.

Lídia Munhame, de 45 anos e residente no Bairro da Maxaquene, afirma também com toda a convicção ter direito ao Cartão de Trabalho. A sua opinião é partilhada por António José Zunguene, de 30 anos e residente no mesmo bairro.

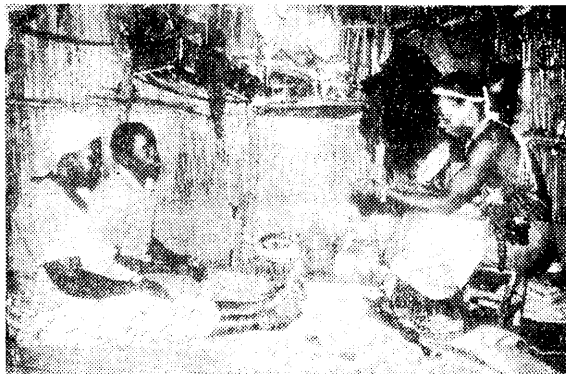
— Trabalhamos muitos anos sem cartões é um facto, mas agora que se introduz o Cartão de Residente acho que devemos ter Cartão de Trabalho — disse Lídia Munhame que em seguida prontificou-se a ser fotografada com as suas vestes de trabalho. Se a questão é um assunto de trabalho, então é vestida com a minha roupa de trabalho que vou tirar a foto — disse-nos.

## CURANDEIROS NÃO TÊM DIREITO AO CARTÃO DE TRABALHO

Muito embora estejam ainda a fazer diligências no sentido de esclarecer a sua situação, através de um tal seu chefe, Fernando Mate, também curandeiro, que lhes teria prometido resolver o problema junto das estruturas, os curandeiros não terão por agora, um Cartão de Trabalho.

Nos contactos que estabelecemos soubemos que não obstante o facto de alguns indivíduos ligados a esta actividade, estarem presentemente a colaborar com o Ministério da Saúde na pesquisa de certas raízes com propriedades medicinais, tal facto não significa que estes tenham sido reconhecidos.

Sabe-se que entre os cerca de 1800 curandeiros espalhados pelas várias áreas da Cidade de Maputo, muitos há que são autênticos charlatães, que contrariamente à ideia que espalham de se colocar na manutenção da saúde pública, apenas contribuem para a proliferação de casos de obscurantismo na cidade.



Joaquim Muchanga, em plena actividade na sua consultoria